

MPF processa governadora do Rio Grande do Sul e pede perda do cargo

O Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul entrou com uma Ação Civil de Improbidade Administrativa, nesta quarta-feira (5/8), contra a governadora Yeda Crusius (PSDB) e outras oito pessoas. A ação é resultado da Operação Rodin, que investigou desvios no Departamento Estadual de Trânsito (Detran). O MPF pediu a perda dos cargos dos acusados, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, pagamento de multa, proibição de contratar com o poder público por 10 anos e ressarcimento integral do dano, calculado em R\$ 44 milhões.

Os procuradores concederam entrevista coletiva para falar sobre o processo, mas não deram detalhes sobre o suposto envolvimento da governadora no caso alegando sigilo, de acordo com informações do portal *G1*. Eles pediram a retirada do sigilo da ação, decretação de indisponibilidade dos bens dos réus e afastamento temporário dos agentes públicos enquanto o processo estiver em andamento. Segundo o MPF, foram analisados mais de 20 mil áudios de escutas telefônicas, resultando em um procedimento de investigação de mais de 30 volumes.

Ainda de acordo com o *G1*, o chefe da Casa Civil do governo estadual, José Alberto Wenzel, disse que a governadora reagiu com “serenidade e tranquilidade” à ação do MPF. “Ela comunga conosco nesse momento de uma perplexidade diante da forma com que isso foi colocado para o povo gaúcho”, disse. Ele afirmou que não há “fato novo” na ação do MPF e disse que vê uso político da instituição. Para Wenzel, não deve haver sigilo na ação para que se possa saber as acusações que pesam contra a governadora.

Em Brasília, o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), reiterou o apoio do partido à Yeda Crusius. Ele disse que vai aguardar os fatos e os argumentos da governadora, mas ressaltou ao *G1* que confia que ela “resolverá tudo como sempre resolveu”.

Operação

A Operação Rodin foi feita pela Polícia Federal e pela Receita Federal em novembro de 2007 para desarticular um grupo acusado de desviar recursos de Detrans usando fundações de apoio universitárias e empresas administradas por laranjas. A operação aconteceu em Porto Alegre, no município gaúcho de Santa Maria e na capital maranhense, São Luís.

Os investigadores constataram que os envolvidos atuavam no Detran do Rio Grande do Sul, efetuando contratos para avaliação teórica e prática na habilitação de motoristas, sem licitação e com apoio das fundações de apoio universitárias. Os serviços eram prestados com o uso da estrutura física e de pesquisadores da Universidade de Santa Maria. Os suspeitos efetuavam subcontratações ilegais com serviços superfaturados.

Date Created

05/08/2009